



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

ENTRE A DOMINAÇÃO E A RESISTÊNCIA: À DITADURA DE 1964 E O PAPEL DAS MULHERES DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

DAIANE OLIVEIRA DO NASCIMENTO¹

MARIA EDUARDA FERREIRA NOBRE²

MARIA ELAENE RODRIGUES ALVES³

Resumo:

O artigo abordará como a ditadura civil-militar impôs um projeto antidemocrático, visando limitar a atuação das assistentes sociais em meio à violência, especialmente aquelas comprometidas com as lutas de classes. Muitas delas encontraram formas de resistir, seja através da participação em movimentos sociais, ou na adoção de práticas profissionais que desafiavam a ordem estabelecida.

Palavras-Chave: Ditadura Civil-Militar, Serviço Social, Resistências e Mulheres

Abstract:

The article will address how the civil-military dictatorship imposed an anti-democratic project aimed at limiting the role of social workers amidst the violence, especially those committed to class struggles. Many of them found ways to resist, either through participation in social movements or by adopting professional practices that challenged the established order.

Keywords: Civil-Military Dictatorship, Social Service, Resistance and Women

¹ Universidade de Brasília

² Universidade de Brasília

³ Universidade de Brasília

INTRODUÇÃO

Sabe-se que as particularidades socio-históricas da América Latina, em especial do Brasil, corroboram para uma série de desdobramentos que atingem a sociabilidade da classe trabalhadora em todos os aspectos, principalmente nas relações patriarcais de gênero e raça.

Portanto, resgatar um pouco da história em 2024, onde completam 60 anos de golpe militar no Brasil, torna-se primordial para que possamos analisar de forma crítica o significado da ditadura civil-militar de 1964 e suas consequências com relação às questões das relações patriarcais de gênero.

De acordo com Saffioti (2015), a violência de gênero pode abranger tanto as cometidas contra os homens ou contra as mulheres, entretanto destaca-se nesse artigo, prioritariamente as violações ao corpo feminino na Ditadura civil-militar (1964-1985), que foram submetidas a situações altamente desumanas devido às condições de uma sociedade de classe burguesa em que o patriarcado é estruturante.

Netto (1991) aponta que o entendimento de três fenômenos importantes, que antecedem o Golpe de 1964, ajudam a compreender o significado da contrarrevolução burguesa no Brasil. O primeiro diz respeito à manutenção das velhas práticas senhoriais ao novo modelo de desenvolvimento capitalista. “No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o ‘atraso’, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados” (Netto, 1991, p. 26). Ao não abandonar as velhas práticas coloniais, o país inicia seu processo de industrialização na década de 1930, de acordo com Fernandes (2006), com fortes influências de sua herança escravista e senhoril, unindo, portanto, o arcaico e o moderno.

Destaca, inclusive, que essa particularidade econômica é exclusiva de países dependentes que se especificam por promoverem uma “[...] descolonização mínima e uma modernização máxima” (Fernandes 2006, p. 209). A dependência impacta fortemente na vida da população e na economia do país, pois, “a sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes” (Prado Jr., 1981, p. 213).

A condição dependente do Brasil, portanto, coloca-se como condição fundamental para explicar o padrão de exploração e subordinação econômica frente ao imperialismo. Além do mais, Netto (1991) argumenta que o país não realiza as transformações estruturais de cunho progressista como ocorreu nos países hegemônicos. Fernandes (1995) compartilha da mesma inquietação quando aponta que o Brasil entra no circuito capitalista sem promover uma revolução



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nacional, apático ao crescimento da nação. Buscou-se apenas um crescimento acelerado, mas mantendo seu caráter dependente em vista à sua manutenção e a manutenção dos privilégios de classe. A respeito dessa revolução nacional verifica-se:

Se a revolução política, desencadeada pela emancipação nacional, fosse também uma revolução econômica e social, as coisas teriam se passado de outro modo. Então, a ordem social competitiva teria nascido juntamente com o Estado nacional independente e com o surto de modernização, provocado pela incorporação direta da economia brasileira ao mercado mundial (Fernandes, 2006, p. 183).

Portanto, de acordo com Fernandes (2006), a burguesia brasileira não se propõe a ultrapassar o status de país dependente e periférico, e prefere manter o seu caráter heteronômico e subordinado. João Goulart até tentou viabilizar, através das reformas de base, a revolução nacional como forma de contornar as desigualdades sociais em 1964, mas foi surpreendido com a articulação militar e, logo em seguida, com o golpe. Essas reformas eram de natureza “[...] (agrária, tributária e fiscal, bancária e urbana) e que, de fato, isso representaria a conclusão da revolução burguesa no país” (Alves, 2022 p. 30).

O segundo aspecto para Netto (1991), diz respeito, então, à exclusão e sufocamento de setores políticos engajados com as lutas sociais. E por fim, o terceiro volta-se à natureza do Estado e sua relação com setores da sociedade civil. Atuando historicamente como um impeditivo à sua constituição na sociabilidade brasileira. Essas características evidenciam, de fato, o caráter violento do Estado brasileiro. Ele, portanto, utiliza-se da “[...] prevalência de soluções autoritárias por parte da burguesia brasileira em seu movimento de respostas às crises econômicas, sociais e políticas” (Alves, 2022, p. 50) mantendo, portanto, a estabilidade política através da contenção dos movimentos sociais.

Não obstante às particularidades internas, soma-se às articulações políticas no cenário mundial que também influenciaram no Golpe Militar de 1964. Como cita Alves (2022, p. 36), “A deflagração da Ditadura empresarial militar de 1964–1985 no Brasil, portanto, não é processo meramente pertinente às lutas de classes no plano interno [...]”.

Segundo Netto (2014), a Guerra Fria, antes de tudo, representou o momento de polarização do mundo frente à hegemonia dos Estados Unidos contra os comunistas da União Soviética. No começo dos anos 1960, os Estados Unidos sentiram a erosão da sua hegemonia, fato que se deu devido ao fim dos impérios coloniais, ao crescimento iminente do socialismo, mas também perante o apoio de práticas questionáveis no plano econômico e social, que foram duramente criticadas. A resposta dos norte-americanos se deu através de:

E o fez combinando ações diplomáticas (chantagem e pressão econômicas), desestabilização de governos e patrocínio a golpes de Estados (tal como no Brasil em 1964 e, de forma sangrenta, na Indonésia, em 1965), e também se envolvendo em operações de guerra aberta (de que a derrotada tentativa de subordinar o Vietnã seria exemplar (Netto, 2014, p. 31).

A década de 1960 é marcada, portanto, por tensionamentos de ordem econômica, política e ideológica, onde a ofensiva do capital internacional, juntamente com alguns setores da burguesia nacional, incorporam a virada política de 1964. Netto (1991), denomina esse momento como contrarrevolução preventiva, onde o capitalismo modifica-se com a influência da hegemonia norte-americana.

Essa nova reconfiguração, objetivou atingir três resultados: incluir esses países na nova dinâmica capitalista “[...] marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital” (Netto, 1991, p.16), conter a militância em ascensão, que resistia e questionava a esse novo padrão de dependência, e, por fim, sufocar qualquer tentativa de revolução com vistas a mitigar o socialismo. Alves (2022), ainda acrescenta:

Entende-se como contrarrevolução a forma pela qual a burguesia nacional e internacional, juntamente com setores da classe média (pequena burguesia), planejou e materializou o golpe de 1964 e como perseguiu e barrou as lutas camponesas e a organização dos operários (Alves, 2022, p. 48).

Dessa forma, nota-se que o período que antecede o golpe, é marcado por uma série de intervenções econômicas externas, criminalização dos movimentos sociais, disputa de narrativas, que afetam, como um todo, o cenário político brasileiro. Suas particularidades históricas garantem a dominação, que, por sua vez, se mostrou altamente agressiva, propiciando, antes de tudo, a resistência dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda.

Fernandes (2006) aponta que, devido a esse padrão de dominação, tanto interna quanto externa, as burguesias procuravam manter sua estabilidade econômica e política. Pois, dessa forma, os oligarcas preservariam tanto as formas de acumulação pré-capitalistas como as novidades do novo padrão de desenvolvimento, livres de qualquer ameaça contra a sua hegemonia. A articulação democrática que levaria o país ao desenvolvimento e, de certo, o colocariam como competitivo na dinâmica política e econômica mundial, foram substituídas por procedimentos autocráticos. Nota-se, então, o caráter repressivo, e autoritário, do Estado, onde o trabalhador passa a ser visto como inimigo do Estado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Essa violência marca toda a trajetória da história do Brasil, mas tem a sua maior expressividade no período ditatorial, onde muitas pessoas foram torturadas, mortas e desaparecidas. As situações de violência do Estado, a exemplo das ditaduras na América Latina nas décadas de 1960 a 1980, as mulheres registraram a brutalidade das torturas de seus corpos na forma de estupros e outras violências de caráter sexual. Por sua vez, estudantes presas por suas participações no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP), em 1968, indicaram que as forças policiais mostravam caixas de pílulas apreendidas, sugerindo outros motivos para estarem no evento, tal como no estudo de Ventura (1988, p. 35).

A polícia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis. Portanto, os discursos de militares e outros agentes do governo aliavam aspectos morais à política para dissipar argumentos dos que faziam oposição à ditadura. Em casos como estes, a violência efetuada pelo Estado contra as mulheres se legitimaria não apenas através de uma suposta política de segurança nacional, mas também por meio da violência patriarcal. (ALVES, 2021 ,p.53).

De acordo com o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014, p. 417), “A violência diz respeito ao uso arbitrário e discricionário da força e do poder pessoal, coletivo e/ou institucional, de modo a violar a dignidade humana” “Pode assumir distintas formas: física, psicológica, moral, sexual, entre outras” (CNV, 2014, p. 418).

Cabe-nos destacar o Ato Institucional nº 5, que foi um aparelho de repressão extremamente violento, a fim de conter a oposição que se formava contra o regime militar. Como destaca Netto (2014) a União Nacional dos Estudantes, movimentos sindicais, partidos de esquerda, como o PCB, foram altamente perseguidos, pois, “[...] ele enterrou quaisquer aparências ‘democráticas’ que ainda adornavam o regime de abril” (Netto, 2014, p. 94). De acordo com a CNV (2014), o Presidente da República, “[...] poderia suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (CNV, 2014, p. 100)”.

De fato, “O país não tivera, em toda a sua vida republicana, um conjunto de medidas que concentrasse tanto poder discricionário nas mãos de um chefe de Estado (CNV, 2014, p. 101)”. Portanto, como assinala Alves (2022), “[...] esse contexto expressou de maneira cabal a exclusão política do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras – negando seus direitos enquanto classe – bem como as soluções pelo alto, também históricas no Brasil”. Também ressaltamos a luta e resistências das mulheres nesse período marcado por violência e violação de direitos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1. MULHERES NA POLÍTICA E O ENFRENTAMENTO AO PATRIARCADO

A partir do entendimento sobre o caráter repressivo do Estado, especificamente no período com início em 1964, nota-se a necessidade da desmistificação acerca das relações patriarcais de gênero que entre as mais diversas perspectivas teóricas destaca-se nesse trabalho a feminista materialista. A fim de especificar o papel da mulher na luta contra as opressões, em um período em que o movimento feminista aqui no Brasil ainda não havia se consolidado.

Cisne (2004), nos faz refletir sobre a confluência das categorias classe e raça como inseparáveis do debate de gênero, visto que a sociedade capitalista é permeada por hierarquias de poder influenciadas por elas. Portanto, não há como se debater gênero de forma crítica sem levar em consideração que as relações são construídas a partir de uma sociedade desigual onde há uma severa concentração de renda e que é atravessada pelo racismo. Nesse artigo vamos trabalhar com o conceito relações patriarcais de gênero.

Acerca da visão de Saffioti (2015), que também traz uma visão na perspectiva marxista, o patriarcado está relacionado com os fenômenos de dominação e exploração. Engloba tanto as questões de natureza econômica como também diz respeito ao controle sexual dos corpos femininos. E não é de natureza privada, pois se espraia inclusive através do Estado. “[...] também representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (Saffioti, 2015, p. 60). Compreende-se que ele está presente em várias sociedades e, particularmente no capitalismo, onde os poderes e desigualdades se entrelaçam.

Consideramos que uma das bases centrais de sustentação do patriarcado é a divisão sexual do trabalho, como uma relação material que estrutura a desigualdade entre os sexos. Segundo a definição de Kergoat (2010), a divisão sexual do trabalho tem por características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, e simultaneamente, a captação, pelos homens, das funções às quais é adicionado um forte valor social (políticos, religiosos, militares, etc).

De acordo com Alves (2021), o patriarcado, embora presente em diversas sociedades, torna-se particularmente complexo nos contextos capitalista e racista, onde se entrelaçam diversas ideologias, culturas e políticas. Esse fenômeno não se restringe mais ao ambiente doméstico, mas se estende também ao trabalho, à política e a outros espaços públicos. Dessa forma, as mulheres enfrentam relações de opressão e violência que transcendem o âmbito doméstico e se manifestam em diferentes contextos sociais. Portanto, entende-se que o

patriarcado, definindo-se como um sistema de dominação masculina, assume camadas adicionais de complexidade quando inserido em contextos capitalistas e racistas.

Nesses cenários, ele não se restringe ao ambiente doméstico, mas permeia os espaços de trabalho, a política e outros âmbitos públicos, intensificando as relações de opressão e violência contra as mulheres. Isso implica que mulheres não apenas enfrentam subjugação dentro do lar, mas também lidam com desigualdades estruturais e discriminação nas demais esferas de suas vidas, como por exemplo, a militância feminina nos anos de regime militar no Brasil (1964-1985), que foi profundamente desafiadora para grande parte das mulheres que estavam inseridas nesse contexto de lutas. Compreendemos que os homens possuem mais liberdade e também dominação, enquanto as mulheres são forçadas a se submeterem a ambientes que às oprimem e muitas vezes lhes privam de seus direitos. Essas estruturas de poder estão presentes em todas as facetas da sociedade e são sustentadas por ideologias e pela violência legitimada do capitalismo.

Portanto, entende-se que essa desigualdade não se limita a um único aspecto da sociedade, ao contrário, permeia todas as esferas, desde a doméstica até a profissional, permitindo que a opressão feminina se mantenha disfarçada de normas culturais e sociais. Além disso, o capitalismo é mencionado como um mecanismo que, ao legitimar a violência e a desigualdade, perpetua e fortalece essas dinâmicas de poder. Outro ponto que podemos analisar é que essa visão denuncia não apenas a persistência de tais estruturas, mas também a complexa interdependência entre patriarcado, racismo e capitalismo, resultando na luta pela igualdade nas relações patriarcais de gênero, que demanda uma abordagem multifacetada que desconstrua tanto preconceitos culturais quanto sistemas econômicos opressores.

Portanto, ao analisar o patriarcado dentro da sociedade capitalista a partir de uma visão crítica e marxista, nota-se que ele é estruturado a partir da hierarquia construída pelo imagético machista, onde o homem é visto como superior em relação às mulheres. E dentro do capitalismo essa estrutura é impulsionada pela divisão sexual do trabalho e atravessada também pelos debates de classe e raça. Entende-se, portanto que a luta do movimento feminista não deve estar afastada da luta por um novo modelo de sociedade, visto que é a partir do capitalismo e de suas estruturas de poder que ele se ramifica tornando-se um impeditivo para a emancipação das mulheres.

No período da ditadura, segundo Teles (2015), as mulheres dão início a uma forte luta dentro da militância, ocupando os espaços políticos, indo para as lutas armadas e fazendo-se

ouvir dentro dos movimentos, acarretando em um extremo descontentamento dos militares, que tinham como premissa que elas deveriam compactuar com o regime e serem submissas às visões conservadoras impostas.

Eles não aceitavam que as mulheres pudessem exercer livremente o seu direito de escolha, inclusive de lutar contra a ditadura. Eles odiavam as militantes que fugiam do estereótipo da submissão, da dependência e da incapacidade de tomar decisão (Teles, 2015, p. 1011).

A mulher militante, portanto, lutava contra o regime militar e, ao mesmo tempo, criava consciência do seu papel na sociedade e assim aos poucos se afirmava como sujeito político dotado de direitos e de liberdades. “ Assim, as militantes tiveram que subverter a ordem do Estado ditatorial e a ordem interna de suas organizações políticas. Eram duas vezes subversivas” (Teles, 2015, p. 1011).

Ao analisarmos o movimento feminista nos dias atuais, verifica-se que as mulheres alcançaram várias conquistas diante da auto-organização e articulação política, entretanto esse processo decorre de anos de luta e consciência de seu papel em uma sociedade capitalista, patriarcal e machista. “De fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação” (Saffioti, 2015, p. 48). Portanto foi diante dessas particularidades que nos anos 1970 surge o movimento feminista no Brasil, em meio a efervescência política dos movimentos sociais contra a ditadura civil-militar e a luta para a afirmação dos direitos das mulheres. “O movimento feminista, naquele momento de repressão, traduz a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e de ausência de igualdade” (Alves, 2022, p. 76).

Em meio às contradições do regime militar e de todas as violências a que foram submetidas, as mulheres, portanto, ascendem na política reivindicando não apenas a queda daquele regime como também a afirmação pelos seus direitos, pelos seus corpos e emancipação. Elas precisaram lutar antes de tudo contra o patriarcado que tinha e até hoje tem suas raízes na sociedade de classes burguesa e racista.

2. A TRANSFORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DE RAÍZES CATÓLICAS À RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

As relações desiguais das relações patriarcais de gênero que permeiam a estrutura social no Brasil tiveram um impacto significativo no Serviço Social. Como profissão historicamente vinculada às mulheres, abre-se a necessidade do debate sobre a resistência dessas mulheres



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

frente à Ditadura Civil-Militar. Entretanto, há algumas particularidades que interessam a serem desenvolvidas, como por exemplo, a trajetória da profissão e os impactos que esses antecedentes tiveram para a sua virada ético-política, que remonta a um processo que teve início nos anos 1960, culminando no atual Código de Ética profissional de 1993.

O Serviço Social nasce no bojo da sociedade capitalista com um viés conservador, em meio às contradições, visto que se desenvolve na gênese da questão social⁴, trazendo consigo a contradição do capital x trabalho e está diretamente ligado às transformações sociais no âmbito da classe trabalhadora.

Portanto, “Pode-se afirmar que o Serviço Social como profissão inscrita na divisão social do trabalho situa-se no processo da reprodução das relações sociais (Iamamoto e Carvalho, 2006, p.93).” Dialogando com Alves (2022), a origem histórica das mulheres no Serviço Social brasileiro remonta às tradições culturais católicas e à entrada das primeiras alunas nas escolas locais.

Nota-se:

Desde a sua origem, a predominância do feminino no Serviço Social brasileiro está ligada às raízes culturais católicas e à inserção das alunas nas primeiras escolas, o que só ocorria caso atendessem alguns critérios, sendo que a primeira escola de Serviço Social, no Brasil, foi criada em 1936, em São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (Alves, 2022, p. 104).

Entendendo o Serviço Social nesse contexto de ditadura, queremos destacar que a história do Serviço Social no Brasil e no mundo tem sido construída, majoritariamente, por mulheres. Vários estudos mostram a predominância feminina na profissão e analisam as consequências de tal fato para o Serviço Social[4]. Sobre o Serviço Social no Brasil, hoje, Iamamoto (1998, p. 104) afirma: “Com tal perfil (feminino), o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto às discriminações a ela impostas no mercado de trabalho, na política, família, enfim, nos vários espaços que historicamente reproduz a divisão sexual do trabalho”.

Observa-se essa predominância principalmente no movimento denominado por Iamamoto e Carvalho (2006) como “reação católica” que objetivava atenuar as demandas do capitalismo por meio das instituições e não mais pela perspectiva filantrópica, contando com grande influência e protagonismo das mulheres da burguesia.

⁴ “Conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p.27).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Cisne (2004), por exemplo, cita a primeira-dama Darcy Vargas, que esteve à frente da primeira instituição de assistência social no Brasil, a Legião Brasileira de Assistência. A mulher sempre foi vista como a pessoa que deveria estar à frente dos problemas sociais e, de certa forma, sendo responsabilizada por esse trabalho. Portanto, a feminilização da profissão advém dessas particularidades, “Profissão diretamente vinculada à família, à mulher, à criança, ao adolescente pobre, enfim, à questões historicamente atribuídas ao gênero feminino” (Cisne, 2004, p. 45). Contudo, entende-se que a construção de gênero dentro do Serviço Social se dá primeiramente no âmbito da Igreja Católica, que remonta um viés conservador à mulher e certamente o patriarcado que está enraizado no sistema capitalista.

Netto (1991) afirma que até 1970 o Serviço Social ainda se enquadrava no tradicionalismo. A autocracia burguesa investiu para que os padrões conservadores da profissão, herança da década de 1950, não fossem reformulados. Nesse período, houveram algumas mudanças dentro da categoria profissional, como por exemplo a abertura do mercado de trabalho, que conseqüentemente demandou novas exigências dos profissionais. E a reforma universitária implementada no período ditatorial. De acordo com Netto (1991), essa política determinava que a produção acadêmica voltasse aos interesses econômicos do grande capital. Acontece que, mesmo com as suas contradições, ela deu base para a formação do pensamento crítico no movimento estudantil, logo, se permeando também entre a sociedade.

Segundo Alves (2022), além de fornecer novas bases teóricas e metodológicas, as universidades também se transformaram em centros de produção e socialização do conhecimento científico, transformando profundamente a profissão em termos teóricos e políticos. De acordo com Netto (1991):

[...] a política educacional da ditadura não impediu nunca que a resistência democrática conservasse áreas sob a sua influência, mesmo que extremamente restritas, nem jamais obteve sucesso no seu esforço para conquistar, nesse terreno, um patamar mínimo de legitimação e consenso ativo (Netto, 1991, p. 62).

A ditadura civil- militar modificou a sociabilidade dos diversos setores da sociedade civil almejando suprir as necessidades do capital internacional. Diante disso, Netto (2009) destaca que até o ano de 1974, o Estado passa por um período denominado por “milagre econômico”, onde o país passa de fato por uma refuncionalização dos meios e modos de produção. “Entre 1967 e 1973 a taxa média anual de crescimento foi de 11,2%, uma das maiores do mundo. Essa acumulação se fez por meio de um profundo arrocho salarial, investimentos estatais, uso da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capacidade instalada e abertura para a exportação” (Faleiros, 2009, p. 44). Entretanto, Netto (2009) destaca que os militares sofrem ao mesmo tempo um processo de enfraquecimento da sua base de apoio, acarretando em um aumento de opositores e descontentamento de grande parcela do capital financeiro. Portanto, juntamente com uma crise capitalista em ascensão devido a baixa do petróleo e a falta de legitimidade, a ditadura perde força.

De acordo com Abramides e Cabral (2009), soma-se a capacidade organizativa da classe trabalhadora que passa a reivindicar seus direitos e se coloca como linha de frente pelo fim do regime tendo como ponto de reflexão um novo modelo de sindicalismo. O Serviço Social nesse contexto, aproxima-se dos sindicatos possibilitando então:

Dessa inflexão se imprimiu a direção social da profissão no âmbito da formação e do exercício profissional e da organização estudantil, marcada fortemente pela relação com a luta por direitos sociais e trabalhistas, pelo aprofundamento do legado marxiano e da tradição marxista, e na direção da luta pelo socialismo, no horizonte do projeto histórico da emancipação humana (Abramides e Cabral, 2009, p. 59).

Essa aproximação com os trabalhadores, como indica Alves (2022), contribui para reflexões críticas sobre o momento histórico. Internamente passa-se a analisar a inserção das mulheres e sua resistência frente às opressões, o desenvolvimento do método BH em Minas Gerais. Abre-se então a possibilidade de mudança da profissão com o processo de renovação do Serviço Social. Esse processo foi concebido por três perspectivas: a perspectiva modernizadora, a perspectiva da reatualização do conservadorismo, e a intenção de ruptura. Segundo Abramides e Cabral (2009), a intenção de ruptura foi impulsionada pela reconceituação latino-americana, onde temos os seguintes marcos importantes:

No processo de formação profissional, relembramos a formulação e experiência do Método BH, desenvolvido na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, bem como os debates que se iniciam sobre a formação profissional, no interior da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), a atual ABEPSS desde 1991, que vai desaguar no novo currículo em 1982. Acrescenta-se também, a criação do primeiro programa de pós-graduação na PUC-SP em 1975 com uma profícua interlocução com as ciências sociais e a tradição marxista. Esses condicionantes são impulsionadores do projeto denominado intenção de ruptura, em sua gênese, desenvolvimento e consolidação, considerados como processo de ruptura (Abramides e Cabral, 2009, p. 61)

O debate sobre as temáticas da Reconceituação no período de 1970, como diz Iamamoto (1998), diferencia-se dos demais países da América Latina. Isso se dá porque o processo se inicia tardiamente sob a crise da ditadura. Netto (2009) confirma a afirmação onde analisa que esse fato



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

se deu devido aos setores conservadores da profissão que adotavam uma certa “neutralidade” frente aos ataques. Esse monopólio só pôde ser quebrado quando o proletariado ressurgiu na arena política.

O ano de 1979 foi decisivo para a categoria profissional porque foi acompanhado pela oposição ao regime por diversos setores da sociedade e pelo III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais III CBAS, observado por Alves (2022). “O III CBAS se colocou como um elo nessa transição histórica entre a ditadura e a democracia, assim como um elo de ligação dos assistentes sociais com os trabalhadores” (Faleiros, 2009, p. 53). As bases que demarcam os debates do Congresso são a defesa dos interesses dos trabalhadores, reconhecimento dos profissionais bem como suas condições de assalariamento, analisam Abramides e Cabral (2009).

Nota-se que o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, III CBAS, representou um enorme ganho à categoria profissional através dos movimentos de base e da aproximação da teoria social de Marx. Destaca-se que os rumos que a profissão seguiu após esse momento, deve-se inclusive a força e resistência das assistentes sociais pela busca de um novo fazer profissional que estivesse ligada diretamente à classe trabalhadora.

Com certeza, o Congresso da Virada (III CBAS), ao estabelecer nova correlação de forças a partir de um compromisso coletivo com os trabalhadores, é o marco da trajetória da categoria brasileira de assistentes sociais e, na maioria das vezes, foi um congresso com imensa presença de mulheres. A primavera de 1979 se mesclava com a tropicália das rodadas saias coloridas, dos cabelos afros, da mulher engajada e combativa (Sposati, 2009, p. 94).

Mulheres que se engajaram dentro dos movimentos sociais, no movimento estudantil, ou até mesmo nos partidos de esquerda não legalizados, fizeram do Serviço Social um instrumento de luta contra as opressões, contra os preconceitos do compromisso pela profissão e por um novo modelo de sociedade. Essa luta não as fizeram heroínas, mas sim não há contestações de que resistiram ao enfrentar um regime que matou e torturou milhares de pessoas. E que diante da luta e história dessas mulheres conseguimos superar um período tão obscuro, avançando na democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos registrar a importância das mulheres que resistiram também ao Serviço Social de perspectiva conservadora fundamentado na concepção positivista e todas as lutas travadas no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

campo teórico e político da categoria, nas lutas de forma geral na sociedade brasileira e no enfrentamento à ditadura. Nesse sentido, o Serviço Social passa de uma perspectiva conservadora e abre espaço para a abertura do debate sobre o seu projeto ético político com aproximação na teoria social de Marx.

As lutas por justiça social e igualdade de direitos não podem ser separadas das trajetórias das mulheres no Serviço Social brasileiro. Além de suas lutas políticas, suas experiências durante a Ditadura civil-militar mostram suas resistências às estruturas das relações patriarcais de gênero que impediram suas vidas no aspecto profissional e pessoal. Desta maneira, ressalta-se que a emancipação feminina requer uma superação dessa sociedade capitalista, machista e racista. Que a história dessas mulheres possa servir como contribuição à abertura do debate sobre a participação feminina não apenas nos locais de decisão mas também o lugar destas na sociedade permeada por desigualdade, opressão e exploração.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz e CABRAL, Maria do Socorro. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na Virada do Serviço Social brasileiro. In: 30 anos do Congresso da Virada. Conselho Federal de Serviço Social (Org) / ABEPSS, ENESSO, CRESS/SP (Co-orgs). Brasília, 2009.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues: **Feminismo e Mulheres na Resistência à ditadura brasileira de 1964-1985**, Rio de Janeiro: Em Pauta, 2021.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues: **História de Um Tempo sem memória**: resistências das mulheres do Serviço Social na ditadura de 1964-1985, Uberlândia: Navegando, 2022.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?** : uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão. 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

COLLING, Ana Maria. As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Congresso brasileiro de assistentes sociais na conjuntura dos anos 70. In: 30 anos do Congresso da Virada. Conselho Federal de Serviço Social (Org) / ABEPSS, ENESSO, CRESS/SP (Co-orgs). Brasília, 2009.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de uma interpretação sociológica / Florestan Fernandes; prefácio José de Souza Martins. - 5. ed. - São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

KERGOAT, D. Dinâmica da consubstanciabilidade das relações sociais. Revista Novos Estudos, [online], n.86, p.93-103, mar.2010.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In: 30 anos do Congresso da Virada. Conselho Federal de Serviço Social (Org) / ABEPSS, ENESSO, CRESS/SP (Co-orgs). Brasília, 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira** [livro eletrônico] : (1964-1985) / José Paulo Netto. - 1. ed. - São Paulo : Cortez, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Editora Brasiliense. 26ª Edição, 1981.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. - 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SPOSATI, Aldaiza. A perspectiva do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. In: 30 anos do Congresso da Virada. Conselho Federal de Serviço Social (Org) / ABEPSS, ENESSO, CRESS/SP (Co-orgs). Brasília, 2009.

TELES, Maria Amélia. **Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura**. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015.

VENTURA, Z. "1968, O Ano que Não Terminou". São Paulo: Editora Planeta, 1988.